

Memória da Comissão: Comissão Intersetorial de RH e Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST
Data: 27/04/2017
Coordenadora da comissão: Olga Estefania D.G. Pereira (Sindsaúde)
Relatora da comissão: Alexsandra Santos Silva (CREFITO 8)
Relação de presentes: <ul style="list-style-type: none">• Jose Lucio dos Santos (SESA)• Jorge Stoianov Filho (MS)• Alexsandra Santos Silva (CREFITO)• Giselle de Oliveira Veiga (SESA/ CEST)• Irineia Solovy (SESA/CEST)• Ivo Pedroso (FECAMPAR)• Olga Estefania D.G. Pereira (SindSaúde – PR)• Romildo Sbrissia (SESA)• Fabio Stahlschmidt (SINDIFAR)• Manoela Nobrega Lorenzi (SINPAR – Sind. Nutricionistas – PR)• Elfi Gusava - (SINFITO)• Mara Carolina L S Leal (CEST)• Luiz Américo Delphin - (SINDIPETRO)• José Carlos Abreu (FUNÉAS)• Terezinha de A Donegá (CMS Cascavel)• Ariana Leite Chaves (SESA/SES)• Ilsa Menegazzo (SESA/SGS)
Justificativas de ausências: <ul style="list-style-type: none">• Alceu V.B. Nascimento (FECAMPAR)• Jonas Braz (CUT)
Pautas: <ul style="list-style-type: none">• Informes Gerais• Ciclo de Debates em Saúde do Trabalhador• Contratação dos servidores do Centro Hospitalar de Reabilitação e Hospital Regional do Litoral• Câncer relacionado ao trabalho (notificação pelos hospitais de referência)• Comissão do Benzeno• Política de Saúde do Trabalhador da Saúde
INFORMES GERAIS <ul style="list-style-type: none">✓ Apresentação dos membros da Comissão✓ Realizada inversão da pauta

Contratação de servidores do Centro Hospitalar de Reabilitação (CHR) e Hospital Regional do Litoral (HRL)

Abreu explica que não trouxe nenhum documento, mas se compromete em enviar posteriormente um documento formalizando as informações. Inicia a fala sobre o CHR explicando que a SESA e o CHR tinham um convenio no qual a APR era a gestora do CHR, sendo que a APR contratava servidores sendo em torno de 62 profissionais (fisio, TO, as, fono) prestando serviços para APR e CHR. FUNEAS assumiu em 23 de agosto de 2016 o contrato de gestão e por problemas de ordem tributarias e judicias a APR estava impossibilitada de contratar, sendo que por esse motivo a SESA denunciou o convenio em 17 de outubro, sendo que nessa fase de transição os trabalhadores que prestavam serviços para a APR tinham algumas

Dia 20 de dezembro houve um termo aditivo ao contrato no qual alguns trabalhadores foram sendo desligados. A APR assumiu que manteria o serviço de CER 3 (DA, DV, DF) com aproximadamente 30 servidores.

No CHR foram mantidos profissionais para assumir o serviço hospitalar. Reforça que dos 60 trabalhadores alguns não quiseram manter a prestação de serviços e saíram. Os que permaneceram na APR tiveram dificuldades para receber seus pagamentos e entraram em greve. O MP pediu que se mantivesse a oferta de serviços e por esse motivo se realizou uma dispensa de licitação para a contratação de emergência de servidores pelo prazo inicial de 90 dias para dar continuidade na prestação de serviços. Foram contratados 41 terapeutas (informações serão passadas corretamente na sequência). O contrato será prorrogado por mais 90 dias enquanto não sai o concurso público.

Abreu reforça que haverá um processo seletivo simplificado até o inicio do segundo semestre. Sobre o HRL Abreu relembra o surto de dengue que ocorreu em Paranaguá com 28 óbitos, sendo que essa demanda caiu principalmente no HRL (quase 30 mil pessoas com dengue). Foi realizada a contratação de emergência de médicos e enfermeiros que permanece até o momento. A empresa (clarimed) que fazia o contrato teve uma série de problemas que gerou intervenção do MP e notificou a FUNEAS que não teriam mais os profissionais de enfermagem. Não houve tempo de realizar processo seletivo e a possibilidade que surgiu foi a contratação por um tempo de 90 dias de RPA de 42 técnicos de enfermagem e 20 enfermeiros. FUNEAS foi ao MP mais uma vez e se apontou que será realizado um PSS. Será realizado um processo seletivo simplificado para o CHR e o HRL de caráter emergencial. Já se deu inicio o processo do concurso público.

Os contratos por dispensa de licitação tem um prazo de 180 dias prorrogáveis por mais 180. Abreu reforça a preocupação de não precarizar mais ainda a situação dos trabalhadores.

Delphin questiona sobre a contratação e Abreu reforça que essa contratação é somente no HRL através dessa empresa Clarimed. Paranaguá fechou o atendimento da atenção básica. A gestão municipal no inicio da transição, devido uma desestruturação da rede de atenção básica. Eram realizados 150 partos no hospital de Paranaguá e em março foram realizados 230 sendo um reflexo da transição dos usuários de planos de saúde para o SUS.

Olga reforça que Abreu vai mandar o quadro quantitativo dos servidores o que tem de repercussão na atenção à saúde. Olga reforça que em 2011 se iniciou um trabalho de formação nas unidades de saúde e que esse trabalho foi interrompido por falta de verbas e outras razões.

Abreu explica que infelizmente desde junho de 2016 houveram várias discussões sobre a desassistência no litoral e solicita que esse assunto faça mais parte na comissão de

assistência e acesso. Salienta que a direção da 1ª regional solicitou mais atenção para a atenção básica.

Câncer Relacionado ao Trabalho (notificação pelos hospitais de referências)

Ilza da SGS (Superintendência de Gestão de Serviços de Saúde fala que o plano de atenção oncológica em 2015 que contou com discussão junto ao CEST onde se observou que somente o Hospital do Câncer de Londrina que notifica. Reforça que várias solicitações são recebidas para cumprimento de normas e sugere que um grupo se forme para a inclusão de pautas no plano. Reforça que MS tem diversos sistemas com várias notificações e existe a necessidade de unificar os SI e os hospitais não mantém esse sistema atualizado. Inclusão de uma cláusula no contrato para que a notificação aconteça e melhore o monitoramento. Várias notificações não são feitas na totalidade desejada. A notificação atual está restrita (atualmente mais relacionada ao uso de defensivos).

Olga salienta que várias pessoas que tem câncer não conseguem ter acesso ao seu direito por não constar na notificação o campo relacionado à ocupação para auxiliar nonexo causal. Reforça que essa situação já ocorre há muitos anos e existe a necessidade de se agilizar esse processo para que essa situação não continue. Questiona qual é a ação que a SESA vai tomar para agilizar esse processo.

Ilza salienta que existe a necessidade de apoio da saúde do trabalhador para conseguir dados epidemiológicos e parâmetros. Reforça que nem todos os contratos são estaduais, sendo que alguns são municipais.

Olga sugere um seminário/oficina via CES para debater o assunto. O Hospital do Câncer de Londrina é referência para dados do INCA. Delphin fala que em Santos existe uma inspetora que faz serviço de liberação de navios e que são pessoas que não são preparadas para isso ficando vulneráveis.

A sensibilização é necessária para aumentar as notificações. Olga sugere talvez a criação de um protocolo de investigação.

Lucio sugere que o núcleo de epidemiologia hospitalar poderia auxiliar.

Olga reforça que o contrato de gestão pode sim incluir a cláusula relacionada as notificações e para os estabelecimentos de saúde uma ação com os hospitais (epidemiologia) e seminário. Manoela reforça que em Curitiba já existe a cláusula no contrato e sugere se verificar como está essa situação e redação. Ilza irá trazer uma proposta de inclusão no contrato. CEST e SindPetro farão proposta do seminário.

Ciclo de Debates em Saúde do Trabalhador

Lucio fala que se iniciou em Maringá e tudo ocorreu dentro do esperado com 117 participantes. Irene fez uma fala sobre os impactos da reforma da previdência na saúde dos trabalhadores. O relatório e as propostas foram fechadas, porém até o momento não estão disponíveis e serão repassadas assim que possível. Dia 20 ocorrerá em Londrina (Faculdade Inesul) Av: Duque de Caxias, 1290, Jd. Londres. Dia 27 em Irati na regional Munhoz da Rocha, 244 – Centro.

Fabio parabeniza a organização e reforça que o auditório permaneceu lotado, com manutenção do assunto, com excelente condução da Irene, sendo que apesar do debate não ter ido para as salas e ter ocorrido em conjunto, se conseguiu fechar as propostas. Levantaram-se ainda dificuldades de alguns CMS de saúde com discussão sobre o assunto.

A discussão sobre as CISTs foi forte no evento.

Comissão do Benzeno

Olga faz uma retrospectiva da mobilização e luta relacionada ao benzeno, que resultou na criação da Comissão do Benzeno. Maria Carolina (CEST) apresenta composição atual, objetivos e ações que vem sendo realizadas pela comissão, incluindo a Lei Estadual 18.619 de 13 de novembro de 2015 que proíbe o abastecimento após o travamento automático da bomba, prevê a divulgação em local visível em postos de combustível. Lucio lembra que o sindicato de trabalhadores em postos de combustível já participou ativamente da comissão e seria importante convidá-los novamente para integrar a CIST. A coordenadora da Comissão do Benzeno, representante do Ministério do Trabalho está de férias e na próxima reunião deverá comparecer onde o tema será novamente pautado.

Política de Saúde do Trabalhador da Saúde

Romildo faz o repasse em relação ao chamamento dos servidores. Foram chamados 633, compareceram e foram considerados aptos 585. Os prazos até o efetivo exercício ainda estão em andamento e por isso ainda não é possível protocolar uma nova solicitação de chamamento que está prevista entre 6 e 10 de junho. Até final de junho a SESA terá condições de apresentar o quadro de servidores que efetivamente entraram em exercício. O médico do trabalho que será lotado no GRHS deverá entrar em efetivo exercício em 15 de maio. Uma das primeiras atividades previstas será a avaliação dos PPRAs e LTCATs para que ações possam começar a serem pensadas. A ideia é começar pelos hospitais, implantando o PPRA até dezembro.

Olga relata a questão do adoecimento dos hemocentros relacionados ao processo de ordenha, o que Romildo solicita que conste em ata para que seja considerada no futuro. Manoela lembra a importância de institucionalização da qualificação dos trabalhadores em relação aos cuidados em saúde do trabalhador, que essa deve ser contínua e deve abranger todos os setores dos ambientes de trabalho, servidores novos e antigos e terceirizados. Na reunião de maio virão os técnicos que compõem a equipe de saúde do trabalhador da SESA.

Encaminhamentos à secretaria Executiva

Solicitação de pautas para a próxima reunião:

- Ciclo de Debates em Saúde do Trabalhador
- Câncer relacionado ao trabalho (notificação pelos hospitais de referência) - Superintendência de Gestão de Saúde.
- Comissão do Benzeno
- Política de Saúde do Trabalhador da Saúde – Apresentação dos técnicos da equipe de Saúde do Trabalhador d GRHS da SESA